

DESENVOLVIMENTO E MUDANÇA PARADIGMÁTICA NA MADEIRA

Atitudes sociais sobre ambiente

André Freitas

Introdução

Conquanto o epíteto, amiúde difundido por entidades oficiais, de “Madeira nova”, ilustre um crescimento económico na região sustentado por indicadores tradicionais e visíveis insofismáveis, a presente incursão sociológica em torno do fenómeno da modernização ambiciosa indagar as camadas mais profundas do mesmo, interrogando, nomeadamente, *não se se cresce, mas, antes, como se cresce*, ou seja, se o desenvolvimento, no domínio do tangível, é acompanhado de uma real correspondência no domínio do intangível, pois as necessidades básicas das populações encontram-se indissoluvelmente ligadas quer a trâmites quantitativos quer a qualitativos.

Inscrevendo-se nas emergentes aproximações epistemológicas que esquadri-nham a problemática dos impactos das sociedades humanas no ambiente e da forma como este influi na organização social e no comportamento humano, este artigo recorre a alguns resultados e reflexões produzidos a partir do figurino empírico da Região Autónoma da Madeira.¹

Para operacionalizar tal empreitada procura-se, primeiramente, apresentar um conciso ponto de partida teórico que enquadre a forma como a sociologia pode responder à importância da variável ambiente (biofísico). Prossegue-se, num segundo momento, com um ensaio compreensivo da forma como diferentes matrizes de participação, em práticas favoráveis à promoção da qualidade do ambiente, se amparam numa “cultura de sustentabilidade” (*e.g.* Norgaard, 1988, cit. em Lélé, 1991: 615) dos actores sociais, aferida através dos seus sistemas de crenças relativas ao ambiente.

1 Este artigo resulta da dissertação de licenciatura em sociologia, sob orientação da Prof. Dra. Aida Valadas Lima, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, em 2006. Adoptou, como objecto empírico, uma amostra representativa, escolhida por métodos aleatórios, composta por 367 indivíduos com residência habitual na Região Autónoma da Madeira, e que exprime uma circunscrição dos dados levantados pela equipa do Observa (Ambiente, Sociedade e Opinião Pública) — que corporizou a obra *II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente* (2004).

A emergência do ambiente na sociologia

O desafio paradigmático da sociologia do ambiente

Tendo a sociologia se desenvolvido nas sociedades ocidentais num contexto socio-cultural de exuberância, optimismo tecnológico e crença no progresso ilimitado e na isentabilidade dos homens em relação a constrangimentos ambientais, não incorporando nas suas tradições de pensamento grandes preocupações ecológicas, a sociologia do ambiente, enquanto uma das subdisciplinas mais recentes do campo disciplinar *mainstream* da sociologia, resulta de um processo contínuo e inacabado de crescente reflexividade das sociedades pós-modernas consubstanciado na gradual consciencialização de que a dinâmica das sociedades industriais só pode ser plenamente compreendida e explanada se se considerarem as relações de imbricação mútua entre o ambiente social e o ambiente biofísico (e.g. Dunlap e Catton, 1979: 252).

Catton e Dunlap (1978) aperceberam-se de que a sociologia *mainstream* desenvolveu uma série de tradições e assunções que tomou como válidas e que, mesmo implícitas, influenciaram indelevelmente a prática da sociologia. Tal influência é tributária das teorias dos fundadores que, num período de autonomização e consolidação das balizas disciplinares da sociologia, recorreram a uma absoluta cisão no seu objecto de estudo, recusando qualquer influência analítica por parte de factores naturais ou biológicos na explicação dos fenómenos sociais.

Dunlap e Catton partem, então, de uma leitura não dogmática das assunções clássicas dominantes, de molde a edificar um novo paradigma que coloca a questão da pertinência social e sociológica da variável ambiente biofísico para a análise da mudança social que segue estruturando as sociedades contemporâneas. Para a sociologia convencional, contudo, esta problemática das interdependências sociais-ambientais, convocando variáveis extra-sociais, é algo controversa, dado o determinismo sociocultural que imperou até à década de 1970, legado do axioma durkheimiano, instituidor da premissa de que só se pode “explicar o social pelo social” e que conduziu ao que Murphy (1995) apelidou de “sociologismo”.

Ganha assim particular acuidade, para o escrutínio das interacções homem-natureza, uma sociologia do ambiente que, enquanto “disciplina indisciplinadora” porquanto abala os alicerces onde se fundava a corrente *mainstream*, coloca um desafio epistemológico a esta: a supressão da enfatizada antinomia natureza/cultura² ou ambiente/sociedade.

2 Esta dualidade regista raízes filosóficas, tendo Marx aludido à distinção entre uma “superestrutura” (a consciência social) que se ampara numa “infra-estrutura” (a estrutura económica), reavivando, assim, a distinção cartesiana entre a *res cogitans* (a alma humana cuja essência é pensar) e a *res extensa* (o mundo da natureza, da realidade orgânica).

A emergência da “nova ecologia humana”

Até fins da década de 1970, no Ocidente, a sociologia pautava-se por um antropocentrismo³ exacerbado que concebia o ser humano como totalmente demarcado do resto dos seres vivos e da natureza: “Sociologia foi profundamente influenciada pela cultura Ocidental na qual se desenvolveu. Esta cultura é fortemente antropocêntrica, concebendo os seres humanos como apartados e superiores ao resto da natureza” (Dunlap e outros, 2002: 331). O homem teria poderes excepcionais que lhe permitiriam subjugar uma natureza imbuída de recursos inesgotáveis e instrumentalizar estes recursos para os seus fins de progresso e desenvolvimento económico, político e tecnológico. Este positivismo e crença nas capacidades singulares do homem ancora-se num contexto de expansão económica e tecnológica galvanizante e desprovido de constrangimentos ambientais, que matiza uma constelação de crenças básicas e de valores nos quais os indivíduos são socializados: a visão ocidental dominante (DWW ou paradigma social dominante DSP); “a adesão a este DSP tende a encorajar as pessoas a usarem o ambiente em lugar de tentarem viver em harmonia com ele” (Dunlap, 1992: 725). Radica assim na DWW, não só uma determinada forma, utilitarista, de os ocidentais pensarem e agirem sobre a natureza, mas também uma determinada forma de pensar e aplicar a sociologia.

É neste contexto que Catton e Dunlap, numa bateria de ensaios, reorientam a disciplina rumo a uma perspectiva mais holista, capaz de conceptualizar os problemas sociais no contexto da biosfera, enquanto gizam uma nova perspectiva cujo âmago reside na perspectiva paradigmática (*new environmental paradigm*)⁴ e operatória (escala NEP) de Dunlap e Van Liere (1978), desenhadas de forma a “enfatizar o facto de que, ainda que modernas e industriais, as sociedades estão dependentes dos seus ambientes biofísicos e que os problemas ambientais solicitam doravante atenção sociológica” (Dunlap, 2002: 26).

Estas mudanças nas crenças das pessoas em relação à natureza prendem-se a razões objectivas, fundamento pelo qual esta é uma perspectiva de base realista. A crescente acuidade dos problemas ambientais, materializados no conceito de *ecological scarcity* (exarado na afamada obra de Schnaiberg: *The Environment: From Surplus to Scarcity*, 1980), é tida como um assomo anunciando que a “era da exuberância” está obsoleta e que vivemos agora a “era da pós-exuberância” (c.f., Catton e Dunlap, 1980). Tornava-se evidente a necessidade de formular uma visão que enfatizasse a dependência ecológica das sociedades humanas em relação ao meio natural, ultrapassando o reducionismo ecológico dos clássicos e a noção de isentabilidade

3 Dickens (1992) explica que o antropocentrismo é um legado da tradição judaico-cristã que se fundamenta na convicção de que o homem é um ser superior ao resto da “criação”, visto ter sido concebido à imagem e semelhança de Deus. Esta ideia de superioridade humana foi sendo reforçada ao longo dos séculos pelo desenvolvimento científico e técnico que permitiu ao homem explorar com maior eficácia os recursos libertando-o do “determinismo natural” e fundamentando o seu crescente controlo e domínio sobre a natureza.

4 Posteriormente rebaptizada “novo paradigma ecológico” (Dunlap e Catton, 1979).

Quadro 1 Síntese das características dos três paradigmas

	DWW <i>Dominant western paradigm</i>	HEP <i>Human exemptionalism paradigm</i>	NEP <i>New ecological paradigm</i>
A natureza do homem	Os homens diferem das outras criaturas da Terra, as quais dominam	Porque têm uma herança cultural, para além da genética, os homens diferem das outras espécies	Embora tendo características excepcionais, os homens são uma espécie entre outras, interdependentes do ecossistema global
A causalidade do social	Os homens são senhores dos seus destinos, podem escolher os seus objectivos e aprender o necessário para os cumprir	Os factores sociais e culturais (incluindo a tecnologia) são os grandes determinantes das acções humanas	As acções humanas não são só influenciadas por factores sociais e culturais, mas também por conexões complexas e retroacções com a rede da natureza. Por isso podem ter consequências imprevistas
O contexto da sociedade	O mundo é vasto, e oferece aos homens oportunidades ilimitadas	O ambiente social e cultural é o contexto crucial para as acções humanas, o ambiente biofísico é irrelevante	Os homens vivem e dependem de um ambiente biofísico finito, que lhes impõe fortes constrangimentos
Os limites da sociedade	A história da humanidade é uma história de progresso: para cada problema há uma solução e o progresso não cessará	A cultura é cumulativa; o progresso técnico e social pode continuar indefinidamente, acabando por tornar resolúveis todos os problemas sociais	Embora a inventividade humana e os seus poderes possam dar, durante algum tempo, a ilusão de não existirem limites, as leis ecológicas não podem ser ultrapassadas

Fonte: Adaptado de Dunlap e outros (2002: 333)

humana. Catton e Dunlap designam o paradigma, tecnologicamente optimista, de HEP ou *human exemptionalism paradigm* (1980).

Se a sociologia clássica considerava somente os factores sociais e culturais enquanto determinantes dos fenómenos sociais, o NEP pressupõe que as vivências humanas são interdependentes das restantes que enformam os ecossistemas, estando envolvidas com elas numa teia de interdependências ecossistémicas; e que, ainda que a criatividade humana consiga aumentar a capacidade de carga do planeta, a existência dessas características excepcionais não destitui a espécie humana dos constrangimentos e princípios que regem as outras espécies biológicas, vegetais e animais, revogando, assim, a ideia de que o progresso científico e tecnológico libertaria infinitamente o homem da sua dependência relativamente à natureza: “por conseguinte, uma transição do HEP para o NEP reveste-se de proporções ‘paradigmáticas’” (Catton e Dunlap, 1980: 35).

A mudança de paradigma emerge, assim, não só pela urgência da análise das questões ambientais e dos seus reflexos sobre o social, mas também para permitir

glosar as consequências da acção humana sobre a base da sua própria sobrevivência.

Importante na análise das atitudes sociais sobre o ambiente, enquanto tendências mais ou menos favoráveis à promoção da qualidade do ambiente, será o novo paradigma ecológico, pela perspectiva paradigmática que adopta sobre a relação ambiente/sociedade e pela abordagem operatória que possibilita através da escala NEP (*new ecological paradigm scale*)⁵ que a partir da sua última reformulação (2000) passou a consistir num conjunto de 15 afirmações que possibilitam medir o grau de adesão de uma dada população aos novos valores ecológicos.

A escala NEP permite apurar as “crenças básicas sobre a natureza da Terra e do relacionamento da humanidade com ela (...) Psicólogos sociais consideram que estas crenças primitivas influenciam uma vasta coleção de crenças e atitudes relacionadas com questões ambientais específicas.” (Dunlap e outros, 2000: 427-8)

Consequentemente, na medida em que as representações sociais sobre as nossas relações com o ambiente constituem a base sobre a qual os indivíduos estão dispostos a agir, interessa compreender a variabilidade das formas de pensar em relação ao ambiente, de molde a poder observar-se, na variabilidade dessas crenças, algumas das razões para a variabilidade e padrões dos comportamentos amigos do ambiente.

Relativamente à validade da escala NEP como metodologia de predição, Dunlap e colegas referem que “apesar da dificuldade em prever comportamentos a partir de atitudes e crenças mais latas, numerosos estudos encontraram relações significativas entre a Escala NEP e padrões diversificados de intenções comportamentais” (2000: 429).

Por conseguinte, “a escala NEP pode ser proficuamente empregue na análise da estrutura e da coerência de perspectivas ecológicas globais e das relações entre estas perspectivas e um leque de atitudes, crenças e comportamentos ambientais mais específicos” (Dunlap e outros, 2000: 431).

A gradação paradigmática, decorrente da operacionalização da escala NEP, não deixa de reflectir reconfigurações na noção de desenvolvimento, que sofre alterações muito profundas nos seus conteúdos, constituindo-se um foco de observação privilegiado para as plurifacetadas dimensões do processo de construção de uma sociedade sustentável.

Ambiente e desenvolvimento: interacção ou dissociação?

O ritmo da conquista humana sobre o ambiente biofísico foi, ao longo dos séculos, um processo paulatino, quando comparado com o actual exponencial processo de deterioração dos recursos. A relação de solidariedade homem-natureza tem vindo, assim, a revelar-se progressivamente dissimétrica com o aumento da capacidade tecnológica do primeiro. Este processo inicia-se com o advento do capitalismo moderno a partir do século XVI e, sobretudo, a partir do século XVIII, com a revolução industrial, instalando-se um antropocentrismo quase sem reservas — próprio do

5 Metodologia amplamente utilizada na sociologia do ambiente nas últimas duas décadas e meia.

clima social e cultural vigente na época (Catton e Dunlap, 1978, 1980, e Dunlap 2002) —, herança do período iluminista, que prossegue como fundador da modernidade.

A este respeito, e tendo como característica basilar a ideia de que o crescimento económico *per si* não é um mero equivalente do desenvolvimento, Amaro, Henriques e Vaz (1992) indicam que o arquétipo dominante de desenvolvimento está imbuído de um conjunto de mitos que são tão mais eficazes quanto aparentam ser completamente diáfanos. Alguns desses mitos são os do “economicismo” (segundo o qual o crescimento económico é condição necessária e suficiente para que se verifique desenvolvimento, podendo-se avaliar este através dos indicadores económicos de síntese, relegando para plano secundário as dimensões social, cultural, política e ambiental do desenvolvimento); o mito do “quantitativismo”, segundo o qual o desenvolvimento se afere fundamentalmente por indicadores de quantidade; o mito do “industrialismo”, definido como nó vital do desenvolvimento; o mito do “tecnologismo” que consiste na sobrevalorização do papel desempenhado pelo progresso tecnológico e na crença da sua benignidade; ou o “individualismo” estimulando o bem-estar individual ainda que à custa das dimensões colectiva e ambiental.

Se apenas na década de 1970 se começou a tentar integrar a componente ambiental no processo económico e social, para tal foi decisiva a tomada de consciência das consequências ambientais decorrentes das grandes marés negras da década de 1960, da ulterior crise petrolífera dos anos 73/74 ou ainda da catástrofe de Chernobyl que, quais “choques antropológicos” (e.g. Beck, 1992), conduziram à fragilização das crenças dominantes na capacidade ilimitada da natureza como fonte de recursos e na “natural” subjugação desta ao poderio tecnológico do homem.

Por isso mesmo, os paradigmas de desenvolvimento que emergiram no pós-guerra pautaram-se por múltiplas reinvenções paradigmáticas até ao fundamento do arquétipo de desenvolvimento sustentável que insere em si mesmo uma nova ética na relação homem/natureza com o objectivo de contribuir para, a um só tempo, integrar as necessidades de viabilidade económica, escudar a integridade dos sistemas biofísicos e promover as condições de vida das populações.

Guindando o ser humano ao âmago das questões ambientais, este conceito refere-se, entre diversas prerrogativas, à salvaguarda das equidades intergeracional (equidade entre gerações presentes e vindouras) mas também, sincrónica e diacronicamente, intrageracional (referente à paridade entre países, regiões e classes sociais). Todavia, “esse desiderato normativo representa a componente mais simples da equação; a verdadeira dificuldade reside na sua aplicabilidade” (Sachs, 1999: 27). Conquanto a sua normatividade albergue uma robustez paradigmática ao compreender uma bateria de objectivos socialmente desejáveis, na sua abrangência reside a fraqueza operacional pois, se permite elevados níveis de adaptabilidade às contingências, regionais e locais, possibilita, por seu turno, a sua manipulação por visões distorcidas da equação economia-sociedade.

Daqui que, no debate da sustentabilidade do desenvolvimento, a informação e formação da população sejam nucleares como pontos de ancoragem do exercício da mobilização cívica que mitigue as dualidades simplistas de tipo administração/

administrados, técnicos/leigos, e que infligia o tradicional efeito *top-down* para outro de tipo *bottom-up*, onde a partilha de responsabilidades, a transparência e a construção de consensos dê azo a um reforço da confiança mútua entre eleitos e eleitores, aprofundando qualitativamente a democracia.

Mapeamento fenomenológico dos madeirenses: dos valores às práticas ambientais

Os valores ecológicos da população madeirense

A Região Autónoma da Madeira (RAM) confronta-se com a permanência de estorvos ao seu crescimento e desenvolvimento que decorrem da sua condição ultraperiférica e da exiguidade do seu território. Tais constrangimentos são amplificados pela sua descontinuidade territorial, pelas suas características geomorfológicas, mas também pelo elevado espaço territorial concedido a zonas de protecção especial.

Não obstante tais constrangimentos, no crepúsculo do precedente milénio, os níveis de desenvolvimento alcançados na RAM, com a substancial ajuda de transferências emanadas dos quadros comunitários de apoio, permitiram à RAM recuperar do atraso estrutural, elevando a sua posição relativa no contexto nacional e europeu. Segundo dados da Direcção Regional de Estatística (DRE), em 1990 o PIB *per capita* da região era 41,1% da média comunitária, representando em 2000 82% desse mesmo referencial e 119% da média nacional. O PIB *per capita* regional duplicou, então, o seu posicionamento relativo, o que guinda a RAM à segunda posição entre as regiões do país com um PIB mais elevado, em 2001, atrás de Lisboa e Vale do Tejo. De facto, o produto interno bruto a preços de mercado (PIB_{pm}) da RAM passou de 871 milhões de euros em 1990 para 3. 241 milhões em 2000. “Este cenário macroeconómico revela de uma forma expressiva e inequívoca como a Região conseguiu elevar a sua posição nacional e aproximá-la do nível comunitário” (IGFC, 2004: 7).

Sendo geralmente aceite o facto de que estas relevantes transformações societais alteraram, com propriedade, a face infra-estrutural do arquipélago, designadamente na área das acessibilidades, da rede escolar e de saúde, a redução que se avizinha dos subsídios comunitários — proveniente da alteração do estatuto de região de “objectivo I” — admite que se cultive a convergência dos trâmites qualitativos, potenciadores de uma cultura de sustentabilidade, caracterizada por uma crescente consciencialização ambiental que, defendem Dunlap e colegas, arrastará consigo novas respostas comportamentais e novas posturas escoradas em valores mais respeitosos para com o ambiente.

Para tal desígnio há que inflectir crenças enraizadas na matriz ocidental da relação utilitarista com a natureza e com os recursos. Assim sendo, importa compreender em que medida os novos valores do NEP se instalam na sociedade madeirense. Com tal intuito, observar-se-á o quadro seguinte que informa acerca do grau de concordância dos inquiridos com cada uma das quinze assunções da escala NEP.

Quadro 2 Distribuição de frequências e correlações nas quinze asserções da escala NEP

	Discordo totalmente	Tendo a discordar	Tendo a concordar	Concordo totalmente	N	
<i>Limites do crescimento</i>						
O planeta Terra já quase não consegue suportar todos os seres humanos que nele vivem	21,5	22,4	34,1	22,0	223	
O planeta Terra será sempre abundante em recursos naturais se soubermos utilizá-los bem	3,7	18,6	29,3	48,3	242	
O planeta Terra pode ser visto como uma nave espacial em viagem, com espaço e recursos limitados	10,8	15,3	35,2	38,6	176	
<i>Anti-anthropocentrismo</i>						
Os homens têm o direito de modificar a natureza de acordo com as suas necessidades	28,3	32,6	22,3	16,7	233	
Tal como a espécie humana, todas as espécies animais e vegetais têm o mesmo direito a existir	0,0	0,7	7,6	91,7	278	
A humanidade foi criada para "governar" a natureza	31,5	27,3	14,8	26,4	216	
<i>Fragilidade do equilíbrio ecológico</i>						
As intervenções humanas sobre a natureza têm muitas vezes consequências desastrosas	1,6	3,3	33,3	61,8	246	
A natureza conseguirá sempre superar os efeitos negativos da industrialização	32,1	47,8	11,6	8,5	224	
O equilíbrio da natureza é muito frágil e facilmente perturbável	1,8	6,6	38,2	53,5	228	
<i>Equidade biótica</i>						
A capacidade inventiva do homem será suficiente para que a vida no planeta Terra não se torne inviável	13,4	36,6	30,2	19,8	202	
Apesar de terem capacidades excepcionais, os homens não escapam às leis da natureza	2,1	7,3	35,9	54,7	234	
A humanidade acabará por conhecer as leis da natureza, conseguindo assim controlá-la	23,2	39,4	19,2	18,2	203	
<i>Possibilidade de crise ecológica</i>						
A humanidade está a exceder-se no uso abusivo do ambiente e da natureza	2,0	1,6	37,6	58,8	255	
Algumas pessoas têm exagerado muito a ideia de que a humanidade enfrenta uma "crise ecológica"	13,6	37,7	18,3	30,4	191	
Se as coisas continuarem como até aqui, uma catástrofe ecológica generalizada será inevitável	1,7	6,6	43,7	48,0	229	
					Coefficiente alfa	0,643

O processo de modernidade madeirense pauta-se por uma convivência entre indivíduos que atestam visões antropocêntricas da relação homem/natureza, traduzindo representações sociais tradicionais em relação ao ambiente (o número de indivíduos com pendor DSP perfaz 19,6% do total de inquiridos) com outros, 43,3%, que já testemunham uma nova atitude perante o ambiente, registando um maior grau de concordância para com o NEP (agregação das respostas no fraco, médio ou forte pendor NEP).

Numa análise mais fina, vislumbra-se uma profusa dispersão nas respostas dos inquiridos pelos vários graus de concordância/discordância na questão o *planeta Terra já quase não consegue suportar todos os seres humanos que nele vivem*: 43,9% dos inquiridos discordam totalmente ou tendem a discordar que a capacidade de carga do planeta se encontre próxima de saturação; enquanto os restantes 56,1% concordam moderada ou totalmente com a afirmação.

Ainda no que à dimensão dos limites do crescimento diz respeito, e adotando uma matriz predominantemente ocidental assente na crença de que os recursos naturais são inexauríveis, os inquiridos demonstram adotar dilatadas reservas em relação à finitude dos recursos naturais. Com efeito, 77,6% dos inquiridos consideram que o planeta Terra será sempre abundante em recursos naturais se soubermos utilizá-los bem e três quartos da população (73,8%) assumem que o planeta comporta espaço e recursos ilimitados (afirmação que mais “não respostas” compreendeu).

Os inquiridos convergem, largamente, na ideia de que *tal como a espécie humana, todas as espécies animais e vegetais têm o mesmo direito a existir* (99,3%), solução que contou com o mais baixo valor de “não respostas”. Tendências mais híbridas podem ser identificadas nas representações acerca da presumível prerrogativa humana de que o homem será investido, o que lhe permitirá *modificar a natureza de acordo com as suas necessidades* — 39% dos indivíduos reclamam este direito — e no controlo e domínio “natural” que o homem imprimirá a uma natureza subjugada — 41,2% dos inquiridos corroboram esta posição, que se centra no ideal positivista de progresso ininterrupto e galvanizante da humanidade.

Em relação aos limites do equilíbrio ecológico, 95,1% dos indivíduos auscultados reconhecem que as intervenções humanas sobre a natureza têm muitas vezes consequências desastrosas; 79,9% granjeiam cepticismo em relação à capacidade regeneradora da natureza face aos *efeitos negativos da industrialização*; e 91,7% subscrevem desassossego para com o delicado *equilíbrio da natureza*.

A asserção que reúne uma clivagem central entre os madeirenses, polarizando-os em dois grupos com 50% cada, refere-se à criatividade que o homem poderá engendrar de modo a viabilizar a perpetuação da vida no planeta Terra. Por seu turno, a grande maioria dos madeirenses (90,6%) não isenta a humanidade das leis da natureza, sendo que 62,6% destes reconhecem, total ou parcialmente, a inexistência de um domínio das leis da natureza por parte do homem.

Conquanto se registre uma dilatada confluência para o uso abusivo da humanidade sobre o ambiente e a natureza (96,4% dos inquiridos assim o considera) e para a inevitabilidade de uma catástrofe ecológica (91,7%), a população madeirense mostra-se fragmentada quando questionada sobre se *algumas pessoas têm exagerado muito*

Quadro 3 Resumo do posicionamento dos inquiridos na escala NEP, segundo alguns elementos de caracterização da amostra

	Pendor DSP	Fracopendor NEP	Médio pendor NEP	Forte pendor NEP	NS/NR
<i>Grau de instrução</i>					
S/ diploma	13,7	5,9	0,0	1,0	79,4
Básico	21,7	23,9	15,6	8,9	30,0
Secundário	21,9	15,6	34,4	28,1	0,0
Superior	25,0	10,0	40,0	25,0	0,0
<i>Classe social</i>					
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	35,3	11,8	29,4	17,6	5,9
Profissionais, técnicos e de enquadramento	20,0	12,0	28,0	40,0	0,0
Trabalhadores independentes	18,5	14,8	25,9	7,4	33,3
Agricultores independentes	9,3	9,3	9,3	4,7	67,4
Empregados executantes	19,2	23,2	22,2	17,2	18,2
Operários industriais	22,1	15,1	5,8	4,7	52,3
Assalariados agrícolas	5,6	5,6	5,6	0,0	83,3
<i>Habitat de residência</i>					
Urbano	27,4	22,9	18,4	12,9	18,4
Rural	10,3	9,1	12,1	8,5	60,0
<i>Escalões etários</i>					
15 - 24 anos	22,9	16,9	24,1	22,9	13,3
25 - 49 anos	18,8	18,1	18,1	10,1	34,8
50 - 65 anos	17,2	15,1	10,8	5,4	51,6
> 65 anos	20,8	15,1	5,7	3,8	54,7

Quadro 4 Valores do teste do χ^2 para o posicionamento dos inquiridos na escala NEP, segundo alguns elementos de caracterização da amostra

Grau de instrução:	$\chi^2 (12) = 167,541; p < 0,001$	Habitat de residência:	$\chi^2 (4) = 69,880; p < 0,001$
Classe social:	n.s.	Escalões etários:	$\chi^2 (12) = 48,995; p < 0,001$

a ideia de que a humanidade enfrenta “uma crise ecológica”: 48,7% dos indivíduos crêem que se tem exagerado a crise ecológica, contra os restantes 51,3% que não acham que se esteja a empolar essa ideia catastrofista, numa questão pautada, uma vez mais, por um elevado número de “não respostas” (176, em valores absolutos).

Panoramicamente, pode deslindar-se uma sugestiva conexão entre as características geomorfológicas, principalmente as da ilha da Madeira, propícias a recorrentes catástrofes naturais tais como deslizamentos e derrocadas ou inundações e aluviões, e um pendor predominantemente pró-NEP na dimensão da “fragilidade do equilíbrio ecológico” (que regista uma média de 3,40 e o desvio padrão mais baixo, na ordem dos 0,458, o que é um sintoma do consenso que grassa em torno desta dimensão) e na dimensão “possibilidade de crise ecológica” (média de 3,14).

Tais valores aludem à efervescente consciência, reminiscências de que a própria identidade regional é tributária de um profundo e secular domínio sobre uma natureza moldada pela população da região e que explica uma muito significativa relutância manifestada no reconhecimento de “limites ao crescimento” (média de 2,44), passíveis de enquistar o progresso social.

Não se pretende, todavia, omitir, com esta leitura, a sinalização do que parece ser um dos traços mais marcantes da réplica a esta escala, as “não-respostas”. Com efeito — como se pode apurar da leitura do quadro 3 — estas não se distribuem esparsamente mostrando-se, antes, constitutivas de uma população com mais de 49 anos, oriunda de meios rurais e particularmente desprovida de capitais escolares e económicos. Dado a escala NEP implicar um eloquente nível de abstracção, depreende-se que o elevado valor de “não-respostas” (37,2% do total de inquiridos) faz, aqui, parte do fenómeno em si mostrando-se analiticamente relevantes.

Paralelamente à leitura dos itens de *per si*, e das cinco dimensões em que estes se desdobram, construiu-se um índice que mede o posicionamento dos inquiridos na escala NEP como um único construto, com o fito de proceder a cruzamentos, de natureza inferencial, com uma bateria de indicadores respeitantes às diferentes inserções objectivas dos indivíduos.

O Φ^6 de 0,677, associado a um nível de significância de 0,000, anuncia que a adesão aos novos valores ecológicos se encontra estreitamente associada ao grau de instrução. O volume de “não-respostas” vai decrescendo, substancialmente, à medida que a escolaridade vai aumentando: todos os inquiridos que já completaram o ensino superior ou o ensino secundário responderam à escala NEP, enquanto 79,4% do total de indivíduos sem qualquer diploma escolar, açambarcando protagonismo nas “não-respostas”, não manifesta qualquer concordância ou discordância relativamente à mesma questão. Esta observação alude à díspar distribuição de ferramentas cognitivas, de que os inquiridos mais escolarizados estarão preferencialmente dotados, capazes de dar resposta ao nível de abstracção exigido pela escala NEP, matéria putativamente abstrusa para os indivíduos mais leigos. Ademais, sublinha-se o facto de 65% dos inquiridos munidos de um grau de ensino superior nutrirem um posicionamento pró-NEP (conjunto de inquiridos que aderem média ou fortemente à escala NEP); 62,5%, dos inquiridos com o ensino secundário incorporarem nas suas matrizes axiológicas valores consonantes com o novo paradigma ecológico; apenas 24,5% dos indivíduos que completaram o ensino básico seguiram análoga orientação; e somente 1% dos inquiridos iletrados subsumiram, média ou fortemente, a estes valores.

O lugar de classe dos inquiridos⁷ condiciona a variabilidade da sua adesão aos novos valores ecológicos. Ainda que desapossada de evidência estatística (*c.f.*

6 Teste que descreve a intensidade de associação entre as variáveis — o valor do coeficiente varia entre 0 e 1 — sendo entre 0 a 0,2: uma relação fraca ou inexistente; 0,2 a 0,4: relação fraca; 0,4 a 0,7: relação média; 0,7 a 1: alto grau de associação.

7 As especificações de pertença de classe reportáveis directamente aos indivíduos, aqui operacionalizadas pela tipologia ACM (Almeida, Costa e Machado) desdobram-se em sete categorias, a saber: empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL); profissionais, técnicos e de enquadramento (PTE); trabalhadores independentes (TI); agricultores independentes (AI); empregados executantes (EE); operários industriais (OI); e os assalariados agrícolas (AA).

quadro 4), esta relação é mormente tributária da tendência manifestada pelas classes sociais mais altas para aderir com mais frequência aos novos valores ecológicos. Sublinhe-se que a maioria dos PTE (68% dos inquiridos PTE inclinam-se mediana ou fortemente para o NEP), tributários do recurso que lhe confere especificidade, o capital escolar, já demonstra outorgar os novos valores ecológicos, não havendo casos de indivíduos que se tenham refugiado nas “não-respostas”. Com valores igualmente expressivos encontram-se os EDL, onde 47% já perfilham valores pró-NEP, enquanto averbam a segunda mais diminuta proporção de “não-respostas” (5,9%), não obstante averbarem um elevado pendor DSP (35,3%). Os AI (14%) e os OI (10,5%) apresentam valores assaz antropocêntricos para a relação homem/ambiente, enquanto os AA subsumem um vácuo ecológico na posição mais robusta da escala NEP. A montante, os AA contam com uma elevadíssima percentagem de “não-respostas” (83,3%), a par, aliás, dos AI (48,2%). Já nos resultados alcançados pelas designadas classes médias (TI e EE com 33,3% e 39,4%, respectivamente), tradicionalmente protagonistas privilegiadas de reivindicações ambientais em muitas sociedades modernas ocidentais, são os estratos sociais intermédios assalariados os que apresentam uma preocupação e uma postura mais ecológica.

Mas a ecologização axiológica não se distribui espacialmente da mesma maneira. Com efeito, a relação entre a tipologia rural/urbano⁸ e a adesão aos novos valores ecológicos é uma relação média, como o *Phi* de 0,437 consubstancia.

A partir deste cruzamento ganha particular relevância, dados os contornos percentuais envolvidos, o elemento deveras fracturante na figura das “não-respostas”, na medida em que os inquiridos oriundos de meios rurais se mostram claramente menos propensos para responder à escala proposta (60% dos rurais abrigam-se nas “não-respostas”, contra 18,4% dos urbanos). Assim, do total da população oriunda de meios rurais, 20,6% perfilha-se média ou fortemente NEP enquanto 31,3% dos inquiridos residentes em ambientes mais antropizados partilham semelhante orientação.

Apesar de ser crível que as diferenças nos valores dos indivíduos residam, uma vez mais, na componente que mais parece influir na adesão à escala NEP, a escolaridade, cabe sinalizar que o reconhecimento dos problemas ambientais sofre, ainda assim, variações consideráveis em diferentes meios sociais e culturais, diferenças que decorrem das relações específicas que cada sociedade e cultura estabelecem com o meio natural e das representações granjeadas a partir dessas relações. Na medida em que alguns dos problemas ecológicos mais intensos se registam em ambientes mais antropizados, como é o caso da qualidade do ar ou dos níveis de ruído, os inquiridos residentes em meios urbanos mostram-se, na realidade, mais favoráveis a relacionamentos mais respeitosos para com o ambiente. Os rurais, por seu turno, tendem a partilhar uma ideia utilitarista fundada na convicção de que a natureza existe para suprir as necessidades da humanidade.

Ainda que não muito pronunciada, pode-se ainda falar, com propriedade sustentada num *Phi* de 0,365, numa relação entre a adesão aos valores ecológicos e a

8 Com base na tipologia do INE, que estabelece os critérios para a definição de espaços rurais e urbanos, optou-se por distinguir os aglomerados que compreendem uma população até 5.000 habitantes dos mais populosos como sendo, respectivamente, meios rurais e urbanos.

idade dos inquiridos. A adesão aos novos valores ecológicos encontra-se negativamente associada com a idade, ou não fosse o escalão etário mais jovem o que junge menor peso na categoria das “não-respostas” (13,3%) e aquele onde se reúne maior anuência junto às posições cimeiras da escala NEP (47% por oposição aos 9,5% averbados pelos inquiridos com mais de 65 anos).

Após perceber o posicionamento da população madeirense relativamente à adesão aos novos valores ecológicos, importante interface para um desenvolvimento sustentável, examina-se, em seguida, se este se encontra conexo à anuência a algumas práticas que envolvem uma responsabilização individual e cívica.

Práticas ambientais dos madeirenses

Para se alcançar a sustentabilidade no processo de desenvolvimento, é de suprema relevância contar com a participação activa da sociedade, baseada numa compreensão da problemática ambiental. Encontrando-se as representações sociais — um bom indicador da orientação para a acção segundo Dunlap e outros (2000) — a montante da militância ecológica, pretende-se compreender se a substituição das velhas formas de pensar sobre o ambiente é acompanhada por formas de participação individual pelo ambiente. Para tal, apurar-se-á a estrutura e coerência da relação entre os elementos constituintes da fenomenologia sociográfica e a escala NEP na participação efectiva dos inquiridos em matéria ambiental, de forma a avaliar e a reconstituir alguns dos dinamismos implícitos à mudança paradigmática.

No âmbito desta temática, perscrutou-se o envolvimento dos madeirenses em torno de alguns comportamentos quotidianos e individuais de protecção do ambiente nos doze meses que antecederam o inquérito.

Como esperado, as práticas que traduzem benefícios económicos directos para os agregados familiares, nomeadamente *apagar as luzes em divisões da casa que não estão a ser usadas* (frequente para 87,4% dos inquiridos) e *fechar a torneira enquanto lava a louça ou lava os dentes* (amiudado para 80,3% dos indivíduos), são as que recebem maior consentimento por parte dos madeirenses.

A distribuição mais equitativa nas respostas dos inquiridos, pelas várias modalidades de militância ambiental, refere-se à *utilização dos transportes públicos em vez do carro para curtas distâncias*.

A reciclagem de resíduos sólidos urbanos (RSU) também conhece ligeiras *nuances* consoante o material analisado. A separação do vidro é o processo que conhece maior adesão entre os madeirenses, pois 19,4% dos inquiridos que responderam a esta questão já utilizam rotineiramente o vidrão. No entanto, e contrastando com as medidas para poupar água e luz, a recolha selectiva de RSU é, das práticas seleccionáveis, a que atinge os valores máximos da indolência ecológica, na medida em que a grande maioria dos inquiridos (na ordem dos 60%) nunca exerceu estas acções amigas do ambiente.

As questões atinentes à frequência com que os inquiridos adquirem *produtos agrícolas biológicos*, *amigos do ambiente* ou em *embalagens reutilizáveis*, são as que acionam maiores percentagens de respostas intermédias, correspondentes a rotinas intermitentes, i.e. “poucas vezes”, “algumas vezes”. Das três formas de consumo, a

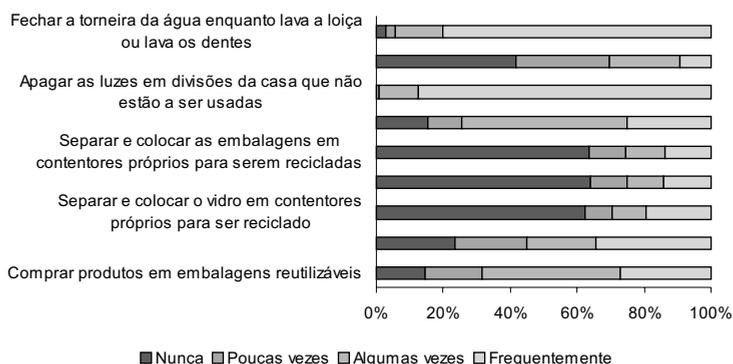


Figura 1 Freqüências de algumas práticas ambientais realizadas ao longo dos últimos 12 meses

menos internalizada nas rotinas quotidianas dos inquiridos refere-se à compra de produtos agrícolas biológicos, como atestam os 41,9% de inquiridos que nunca o fizeram.

Após ter-se escalpelizado os dados de *per si*, e de modo a reduzir a matriz inicial de itens em dimensões subjacentes, transformou-se um conjunto de variáveis correlacionadas num conjunto menor de variáveis independentes, os designados “componentes principais”,⁹ de molde a melhor compreender os níveis de militância ambiental (no que à dimensão individual diz respeito), perpetrados pelos madeirenses.

De forma a proceder a uma primeira aproximação às características sociais mais relevantes dos inquiridos que integram cada uma das formas de participação, analisou-se o cruzamento das novas variáveis compósitas com algumas das variáveis mais relevantes da sociogénese da escala NEP¹⁰ já dissecada.

Do cruzamento entre a média das novas variáveis compósitas com o grau de escolaridade constata-se que, apesar de ténues, existem algumas diferenças na poupança de recursos, na medida em que os indivíduos menos instruídos (sem diploma escolar ou com o ensino básico completo) acabam por ser aqueles que mais economizam água e luz, dadas as contrapartidas financeiras que se repercutem no seu quotidiano imediato.

9 Conferiu-se, inicialmente, a exequibilidade deste tipo de análise através da estatística de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO). O valor do KMO de 0,73 comprova a adequabilidade do modelo à matéria em estudo. O teste de *Bartlett* (com $p=0,001$) exorta à prossecução da análise através de uma ACP que sumaria e reduz o número de variáveis de input (9 itens) em três componentes ou factores que, admitindo não esgotar a combinação multidimensional das práticas amigas do ambiente, explicam 74,83% da variância global.

10 A “sociogénese da escala NEP” pode ser aqui entendida enquanto um conjunto de princípios geradores de tomadas de posição relativamente às relações homem/ambiente, que se inscrevem numa combinatória de elementos de fenomenologia sociográfica dos indivíduos.

Quadro 5 Dimensões da participação voluntária individual

Dimensões	Itens	Componentes		
		Cp1	Cp2	Cp3
Reciclagem	Separar e colocar o papel em contentores próprios para ser reciclado	0,946		
	Separar e colocar as embalagens em contentores próprios para serem recicladas	0,945		
	Separar e colocar o vidro em contentores próprios para ser reciclado	0,938		
	Comprar produtos "amigos do ambiente"		0,87	
Consumo verde	Comprar produtos em embalagens reutilizáveis		0,837	
	Comprar produtos agrícolas biológicos		0,638	
Racionalização de recursos	Apagar as luzes em divisões da casa que não estão a ser usadas			0,797
	Fechar a torneira da água enquanto lava a loiça ou lava os dentes			0,761
Variância explicada após rotação		34,6%	24,2%	16,0%
Alfa de Cronbach		0,959	0,718	0,39(a)
Média		1,79	2,527	3,795
Desvio-padrão		1,109	0,799	0,413

(a) Como apenas duas variáveis desta componente apresentam pesos (*loadings*) elevados, optou-se por calcular o coeficiente de correlação.

Já ao nível das práticas de consumo verde e de reciclagem, consoante o grau de instrução da população, as dissemelhanças agudizam-se. De facto, o efeito grau de instrução encontra-se positivamente correlacionado com a reciclagem e com o consumo verde, sendo os indivíduos munidos de maior capital escolar aqueles que mais separam o lixo e que accionam atitudes amigas do ambiente quando adquirem produtos para consumo, enquanto os menos instruídos tendem a resistir ao processo de ambientalização do nosso quotidiano por via da deposição selectiva de resíduos.

A pertença de um indivíduo a uma posição socioprofissional parece influir, significativamente, no grau de militância ambiental dos inquiridos. Com efeito, em relação à racionalização de água e luz, os indivíduos EDL, com um *status quo* alicerçado num maior desafogo económico, são o grupo social que menos poupa. Já os PTE, catalisados uma vez mais pelo seu capital escolar e, particularmente, os AA, menos desafogados economicamente, encontram-se entre os grupos sociais que escudam, com maior severidade, água e luz.

Conquanto o consumo verde pareça correlacionar-se positivamente com o diferencial poder de compra caracterizador das classes sociais, as práticas de separação de resíduos sólidos urbanos despontam como sendo as acções mais determinantemente inculcadas pela matriz paradigmática da escala NEP. A tendência notada justifica-se na medida em que são os PTE, seguidos dos EDL, os indivíduos que, compelidos por

argumentos e motivações ecológicas presentes nos seus patrimónios cognitivos, mais reciclam.

Apesar de os dados oficiais colocarem a Madeira na vanguarda da recolha selectiva a nível nacional,¹¹ a triagem do lixo, permitindo a entrada deste no processo de reciclagem, persiste sendo incipientemente assumida por uma faixa relativamente elevada da população inquirida.

Em relação ao habitat, as grandes disparidades parecem prender-se com a distribuição de equipamentos de deposição selectiva de resíduos, ancorando condições diferenciais de acesso, visto que é em sede urbana que esta prática é mais recorrente.

Os produtos amigos do ambiente tendem a figurar no carrinho de compras das faixas etárias mais jovens, com os indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 49 anos a tomarem primazia, dada a sua maior independência económica e poder de compra face ao escalão etário precedente.

O grau de activismo em torno de práticas compassivas para o equilíbrio ambiental também se encontra intimamente associado à sensibilização ambiental medida através da escala NEP. Das práticas elencadas, o elevado empenhamento na racionalização de recursos como a água ou a luz, analiticamente tautológico, admite um carácter transversal, concorrendo com variações residuais. Constatase, assim, que esta forma de mobilização individual não é ecologicamente assumida ou consciente de uma verdadeira preocupação para com o ambiente ou de um questionamento, efectivo, do papel que a humanidade desempenha na transmutação do ambiente.

Entre as restantes práticas verificam-se, uma vez mais, contrastes relevantes consoante os diferentes níveis de maturação para as questões ambientais. Nas práticas relativas à aquisição de produtos de menor impacte sobre o ambiente e à recolha de resíduos, destaca-se um aumento da militância ambiental particularmente entre a população que adere mediana ou fortemente ao NEP, descendo abruptamente entre os inquiridos que se refugiam nas “não-respostas” à escala NEP. O NEP, paradigmaticamente assentando na ideia de dependência ecológica das sociedades humanas e operativamente procurando representar a complexa rede de relações interdependentes entre as sociedades humanas e os ecossistemas dos quais dependem, exhibe, assim, crenças básicas que concorrem para a indução de relacionamentos mais benignos para com o ambiente.

Madeirenses e ambiente: da topologia à tipologia

A presente análise converge para uma interpretação da configuração topológica do espaço social através de uma análise de homogeneidade ao caleidoscópico de categorias representadas no plano da Homals, culminada por um esquisso tipológico auxiliado por uma análise de *clusters*.

11 Segundo os dados provisórios do Instituto de Resíduos, relativos a 2003/2004, a Madeira apresenta os índices mais elevados de recolha selectiva de resíduos do país, com 68 kg *per capita*, ao passo que o Continente fica-se por 25 kg e os Açores não ultrapassam os 17 kg *per capita*.

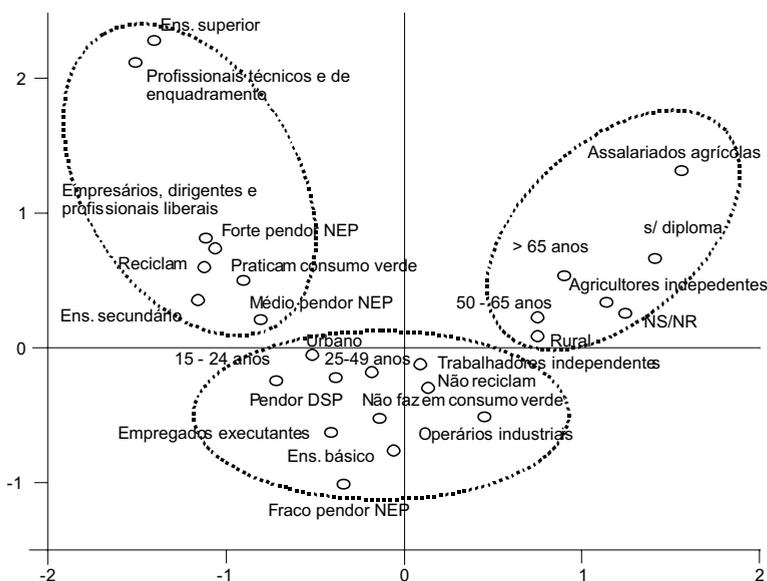


Figura 2 Configuração do espaço social

Para uma análise mais clara do plano, dicotomizaram-se as práticas ambientais retidas,¹² o que, segundo Gil Nave (*cf.* Almeida, 2004: 285), as aproxima mais das predisposições para a acção e menos das práticas efectivas. Está-se, então, na presença de um conceito, ainda algo indefinido, a que Firmino da Costa e colegas aludem: as *atitudes* enquanto articulação entre valores e orientação para a acção (*cf.* Almeida, 2004: 337).

Destarte, com o fito de traçar distintas atitudes ambientais através de um conjunto de elementos caracterizadores dos inquiridos, situáveis no plano da fenomenologia sociográfica, dos valores e das predisposições para a acção, a análise de homogeneidade procura rastrear e espelhar a estrutura multidimensional do espaço social de partida, o que poderá ajudar a compreender como se diferenciam os madeirenses no contexto da mudança paradigmática.

12 Para a dicotomização das práticas ambientais empreendeu-se o seguinte algoritmo: retiraram-se num dos pólos as categorias *frequentemente* e *algumas vezes*, remetendo-se, para o outro pólo, os itens *poucas vezes* e *nunca*. Note-se que as práticas subjacentes à dimensão “racionalização de recursos” não foram solicitadas para a presente análise estatística pois não discriminam decisivamente. Coincidente com hábitos de economização, a racionalização de recursos parece prender-se, entre os madeirenses, mais com o princípio económico da poupança do que com uma efectiva preocupação ambiental, ao contrário do que auguravam os resultados do inquérito de 1997 para o país (*cf.* Almeida, 2000).

Analicamente, é interessante evidenciar que a forma como as atitudes ambientais se distribuem no tecido socioprofissional e socioeducacional do espaço social corporiza uma parábola, mais conhecida, segundo Gifi (Carvalho, 2004: 109), por efeito de Guttman, que prevê relações antagônicas para as categorias dos extremos, o que neste caso acontece, com particular evidência, ao nível dos subgrupos da escolaridade e classe social.

Entre os perfis distintos que avultam deste plano bidimensional é possível observar um grupo no segundo quadrante, composto pelos indivíduos mais instruídos (com o ensino superior, ou secundário), mais permeáveis aos novos valores ecológicos (é notória a tendência para as categorias cimeiras do índice NEP), e de classes sociais munidas de maior capital social. Este grupo distingue-se ainda pelos seus traços marcadamente urbanos e jovens, o que se compreende, na medida em que os indivíduos mais jovens e mais escolarizados tendem a estar mais expostos à informação ambiental e a serem capazes de assimilar melhor a perspectiva ecológica implícita no NEP. Emerge, assim, um público mais “reflexivo”, mais atento aos dilemas subjacentes à dialéctica homem/natureza.

Altos níveis de adesão aos valores ecológicos, que a literatura toma como orientadores das práticas, germinam consonantes práticas benignas para com o ambiente, sendo entre os inquiridos que partilham uma visão mais próxima do novo paradigma ecológico que parece brotar uma mais pujante adesão à separação do vidro, papel e embalagens, sendo irremediavelmente mais frequente a aquisição de produtos verdes. A este sector, o que mais integra a preocupação com os problemas ambientais na sua vivência quotidiana, destacando-se na promoção da qualidade do ambiente, atribuiu-se a denominação de “activos”.

Envolvidos por uma cercadura situada no primeiro quadrante, e baptizados como “indiferentes”, encontram-se os inquiridos oriundos de meios rurais, comparativamente mais velhos (65 anos), registando uma frequência nula nas categorias mais elevadas do índice de escolaridade, que têm na agricultura a sua principal fonte de rendimentos (AI e AA), e que, quando questionados sobre a escala NEP, tendem a escudar-se na zona “cinzenta” que o item NS/NR consubstancia. Podem, assim, ser retratados, em larga medida, pelo escasso interesse, conhecimento ou envolvimento no exercício de práticas de defesa ambiental e pelo largo espectro de “não-respostas” à escala NEP, que merecem um sublinhado especial pois estas, longe de se distribuírem de forma avulsa, relacionam-se umbilicalmente com baixos níveis de escolaridade.

As práticas da reciclagem e do consumo verde, altamente volúveis consoante a classe social e escolaridade, adquirem a sua menor expressão neste sector social que, por conseguinte, tende a privilegiar o bem-estar individual à custa das dimensões colectivas e ambientais, exprimindo uma tendência ainda largamente dominante de desenvolvimento de cima para baixo, do centro para as periferias e das elites para as massas, com as consequências nocivas na participação na *res pública* que isso acarreta, nomeadamente a delegação das decisões em matéria ambiental.

Inseridos no grupo onde se colocou uma cercadura situada no sopé do plano, predominam os inquiridos EE, TI e OI, residentes em meios urbanos, jovens (15-24 ou 25 a 49 anos), sendo os que mais se identificam com os princípios do paradigma

da isentabilidade humana (fraco pendor NEP ou pendor DSP), assumem uma posição que, na esteira do que tem vindo a ser defendido por Dunlap e colegas, se pode designar como tendencialmente antropocêntrica (sobretudo se comparada com as posições dos inquiridos situados no segundo quadrante); consequentemente, como não tendem a reciclar nem a incluir no seu carrinho de compras produtos verdes, foram cognominados como os indivíduos “passivos”.

Todavia, enquanto os dois perfis sociais precedentes se situam num quadrante específico, o que significa que representam conjuntos sociais assaz distintivos, as atitudes “passivas” — representantes do tecido social intermédio — distribuem-se por dois quadrantes. Destarte, apesar de haver contiguidade social entre as categorias que encorpam este grupo, avulta uma idiossincrasia de que importa dar conta: à gradação do terceiro para o quarto quadrante, dinâmicas socioprofissionais e escolares tendem a cercear as atitudes ambientais dos indivíduos. Neste sentido, sublinha-se que a transição do ensino básico para o secundário assinala uma mudança nas atitudes predominantes de “passiva” para “activa”.

Globalmente, pode-se destrinçar, a partir da leitura das diferentes configurações coexistentes no mesmo espaço, “perfis sociais contrastantes” no que aos valores ecológicos e subseqüentes práticas ambientais diz respeito. Este contraste é tributário de esferas distintas e distintivas, onde as suas influências se fazem sentir predominantemente, como sejam a classe social, a escolaridade, o meio social e a composição etária.

É interessante anunciar que a mutação paradigmática parece já se encontrar relativamente consolidada em alguns actores sociais específicos que estão especialmente orientados para práticas virtuosas de defesa de interesses partilhados, e que as introduzem de forma regular no seu quotidiano, nomeadamente nos indivíduos PTE, englobando os assalariados com qualificações escolares médias ou superiores dos vários ramos de actividade, que detêm o protagonismo profissional, nos termos intelectuais, científicos e técnicos que a sua alta escolarização lhes confere, mas também nos EDL, um segmento de empresários, dirigentes e profissionais liberais que detêm o protagonismo na esfera económica e da iniciativa privada.

Ancorados a contextos sociais distintos e distintivos, que se constituem como experiências socializadoras, as classes sociais mais altas parecem constituir um exemplo paradigmático de um “abandono progressivo da tradicional, consumista e utilitarista perspectiva da natureza” (Lima e Guerra, 2004: 113), propensa a ignorar as decorrentes implicações ambientais da acção humana, e de uma progressiva afirmação e reforço de novas atitudes e novos valores ecológicos que tendem a emergir como resposta nuclear para superar qualitativa e positivamente não só o quadro actual da nossa relação com a questão ambiental, como para reclamar uma intervenção mais diligente na gestão dos riscos resultantes do desenvolvimento industrial e tecnológico (*e.g.* Beck, 1992).

Balanço final

Em 2000, à data da entrada em vigor do Plano Regional de Política de Ambiente (2000-2006), móbil da gestão ambiental, a RAM encontra-se “a concluir um ciclo de

infra-estruturação e equipamentos básicos, mercê do esforço de investimento nos últimos anos, e que transformou, de forma considerável, as condições de vida dos Madeirenses” (AAVV, 2000: 4). Porém, como o crescimento económico não é condição suficiente para que se verifique desenvolvimento, o referido plano preconiza que “a população residente deve ser a primeira e privilegiada destinatária da política de ambiente” (Correia e Mendes, 2000: 4). Ambas as assunções infundem a ambição de que a esta primeira fase de edificação de estruturas e infra-estruturas de cariz estruturante acompanhe, amplexivamente, a componente intangível do processo de desenvolvimento, disseminadora de imensuráveis benefícios.

Todavia, a combinatória entre o segundo mais elevado PIB *per capita* nacional com uma pouco auspiciosa segunda maior taxa de analfabetismo, a nível nacional (segundo dados do INE para 2001), alude à coexistência de marcas estruturais de crescimento e traços que, pelo contrário, se podem considerar resultarem de uma modernidade inacabada ou parcelar, onde persiste alguma descontinuidade entre a díade natureza e sociedade, ou seja, a percepção da natureza como uma entidade externa ao homem com a qual este não se relaciona e da qual não depende para a sua existência. Sabe-se como esta descontinuidade se subordina, profusamente, à reflexividade social e à literacia prevalecte em cada região pois, através das componentes formativa e informativa, a escolaridade concorre para o aumento da inteligibilidade das questões ambientais, não raramente surtindo um maior envolvimento nas questões sociais e ecológicas globais.

Da análise das dimensões da escala NEP apurou-se que, não obstante o reconhecimento da fragilidade dos equilíbrios ecológicos, a população madeirense, fruindo de um optimismo falacioso, inerente ao DWW, ou porventura de alguma imaturidade ecológica, decorrente da tangibilidade do processo de modernidade que conduziu, num plano macroeconómico, à edificação de uma “Madeira nova”, parece aceitar, ou pelo menos não reconhecer, os custos ambientais do crescimento económico que têm pautado a região nos últimos anos. Imbuída no património cognitivo dos madeirenses, grassa a crença de que o progresso social deve ser avaliado em termos de dominação sobre a natureza. A este respeito não será alheio o facto de o arquipélago ser a única região do país destituída da importante figura jurídica do POOC, disciplinadora da exploração dos ecossistemas costeiros. A perspectiva da isentabilidade humana, assente na ideia de que o ritmo de crescimento económico e o progresso não são ameaçados por quaisquer constrangimentos ecológicos, matiza uma transição paradigmática que segue processando-se envolta em expressivas dubiedades.

Emulam-se, então, duas perspectivas de encarar as relações sociedade/ambiente que resultam do facto de o processo de modernidade madeirense depender, por um lado, da exploração das frágeis componentes bióticas e abióticas dos ecossistema envolventes para se desenvolver, enquanto, por outro lado, pode, com o agravamento insustentável da exploração de recursos naturais a que alguns nichos da população, aparentemente desprovidos de cultura ambiental, vêm dando consentimento, corroer a própria base de sustentação do crescimento económico.

Como se teve oportunidade de esmiuçar, nas variáveis sociográficas, matrizes estruturadoras de princípios organizadores básicos dos sistemas de disposições

onde se fertilizam as estratégias e orientações de vida, discrimina-se, em boa parte, a visão que os indivíduos têm sobre os equilíbrios ecológicos e, por conseguinte, as atitudes ambientais destes. Os actores sociais incorporam nos seus quadros de valores e práticas as próprias condições objectivas em que vivem, pelo que disso resulta que o favorecimento de determinadas crenças e valores, como as que se encontram expressas na escala NEP, não é arbitrário. Com efeito, decorrente do seu *habitus* de classe — para usar a terminologia de Bourdieu (1979) — a relação da sociedade com o seu substrato biofísico está inscrita nas circunstâncias geográficas e no espaço de vida dos grupos sociais.

Atente-se que estas avaliações cognitivas e sistemas de disposições foram aqui considerados, simultaneamente, como variáveis dependentes, compreendidas por via das condições sociais em que surgem, e independentes, enquadrando práticas sociais. Do ponto de vista sociológico, a proposta paradigmática e operativa de Dunlap e colegas constitui, por conseguinte, uma estrutura (de crenças ecológicas) estruturada (pelas relações que se estabelecem no tecido socioeconómico e socioprofissional) e estruturante (de atitudes e comportamentos ambientais), que concorre com importantes *apports* para a análise das atitudes ambientais.

Em suma, a fenomenologia sociográfica indicou que, entre os diversos actores cujas acções têm implicações no ambiente, assomam “protagonismos sociais contrastantes”. Tais cenários contrastantes advogam uma aproximação tipológica às atitudes ambientais dos madeirenses em três modalidades distintas e distintas: activos; passivos; e indiferentes.

No plano da tipologia, torna-se, assim, clarividente que à simultaneidade de experiências sociais e sistemas de crenças, se associa uma lógica homogeneizadora ou coerente, tendencialmente unificadora das práticas, sendo as faixas etárias mais jovens, as classes altas assalariadas, ou por conta própria, pertencentes aos grupos profissionais superiores ou com actividades profissionais técnicas e de enquadramento, com graus de escolaridade mais elevados e residentes em meios urbanos, os intérpretes sociais que, percebendo a natureza pública e geral dos interesses relacionados com o ambiente, mais sobressaem pelos seus comportamentos assentes numa consciência pública informada sobre as dinâmicas e equilíbrios ambientais. Tais actores sociais estarão, certamente, entre os portadores principais de uma cultura de sustentabilidade, a que se aludiu, própria de “orientações modernizantes” mais benignas para com os ecossistemas. É este, ainda, o sector social que se encontra em posição mais vantajosa para assumir um papel reivindicativo no processo de decisão política de acordo com uma abordagem *bottom-up* que mitigue a fricção tradicionalmente existente entre administradores e administrados, aprofundando qualitativamente a democracia.

Por conseguinte, fará sentido questionar se a natureza intrageracional do desenvolvimento sustentável se harmoniza com os diagnosticados “protagonismos sociais contrastantes”. Na realidade, se já se vai introduzindo na agenda política o operativo de deixar idênticos níveis de *stocks* de capitais para as gerações vindouras, olvida-se, amiúde, que esses *stocks* são apropriados de maneira diferente num tecido social onde as oportunidades e recursos se encontram desproporcionadamente distribuídos. Esse desajustamento, patente nas modalidades distintas propostas, atenta

no facto de que a cidadania ambiental, pedra de toque da democracia participativa, está muito longe de constituir uma realidade isotrópica. Destarte, obviar as vulnerabilidades decorrentes da sangria intrageracional do processo de desenvolvimento constitui um desafio político à prática do desenvolvimento sustentável e da modernização ecológica, porquanto o fomento da democracia participativa reclama que se trabalhe colectivamente em processos políticos mais inclusivos que permitam e inoculem uma participação genuína de todos os cidadãos, dando sequência aos desideratos da *convenção de Aarhus*, em vigor em Portugal desde 2001, e abrindo caminho fértil a estratégias de “desenvolvimento territorial convergente” (Schmidt, Nave e Guerra, 2005: 128).

Longe de constituírem a panaceia para a galvanizante degradação ambiental da hodiernidade, importa, todavia, incubar políticas de ambiente mais preventivas e menos reactivas, apontando programas de educação e informação ambiental especificamente para os grupos que se mostram mais carecidos de sensibilidade ambiental — propiciando assim o princípio da equidade que prevê um tratamento diferenciado para situações também elas desiguais — aglutinando, progressivamente, todas as forças sociais num quadro amplexivo de partilha de responsabilidades, mas também de benefícios, rumo a formas mais integradas, participadas e sustentáveis de desenvolvimento.

Apesar da afinação de um movimento cultural inovador (e a mudança paradigmática assim o parece constituir) exigir tempos infalivelmente paulatinos antes de conhecer uma fundada afirmação ao nível dos hábitos quotidianos da população e sendo sabido que as condições da modernidade constituem potencialidades que cada sociedade irá diferencialmente consolidar no tempo, assevera-se, a partir desta aproximação ao processo de mudança paradigmática, que as dinâmicas que o percorrem clamam por uma reequação analítica à luz das configurações actuais, porquanto o que constitui a fecundidade do discurso sociológico é a busca de uma “verdade passageira” através da aplicação de operações racionais de pensamento, num itinerário epistemológico de requestionamento contínuo.

Referências bibliográficas

- AA.VV. (2000), “Dossier. Madeira: recursos para um novo ciclo de desenvolvimento”, *Sociedade e Território*, 32, pp. 4-160.
- Almeida, J. Ferreira (org.) (2000), *Os Portugueses e o Ambiente. I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre Ambiente*, Oeiras, Celta e Observa.
- Almeida, J. Ferreira (org.) (2004), *Os Portugueses e o Ambiente. II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre Ambiente*, Oeiras/Lisboa, Celta/Observa.
- Amaro, Rogério Roque, Maria Clementina Henriques, e Maria Teresa Vaz (1992), *Iniciativas de Desenvolvimento Local*, Lisboa, ISCTE.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk Society. Towards a New Modernity*, Londres, Sage Publications, pp. 1-30.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Minuit.

- Carvalho, Helena (2004), *Análise Multivariada de Dados Qualitativos. Utilização da Homals com o SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Catton, William, e Riley Dunlap (1978), "Environmental sociology: a new paradigm", *The American Sociologist*, 13, pp. 41-49.
- Catton, William R. Jr., e Riley Dunlap (1980), "A new ecological paradigm for post-exuberant sociology", *American Behavioral Scientist*, 24 (1), pp. 15-47.
- Correia, Francisco Nunes, e J. M. Melim Mendes (orgs.) (2000), *Plano Regional da Política de Ambiente. Opções Estratégicas e Medidas de Intervenção*, Funchal, Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais.
- Dickens, Peter (1992), *Society and Nature. Towards a Green Social Theory*, Filadélfia, Temple University Press.
- Dunlap, Riley, e Van Liere (1978), "The new 'environmental paradigm': a proposed measuring instrument and preliminary results", *Journal of Environmental Education*, 9, pp. 10-19.
- Dunlap, Riley, e William Catton (1979), "Environmental sociology", *Annual Review of Sociology*, 5, pp. 243-273.
- Dunlap, Riley (1992), "From environmental to ecological problems", em Craig Calhoun e George Ritzer (orgs.), *Social Problems*, Nova Iorque, McGraw-Hill, pp. 707-738.
- Dunlap, Riley, e outros (2000), "Measuring endorsement of the new ecological paradigm: a revised NEP scale", *Journal of Social Issues*, 56 (3), pp. 425-442.
- Dunlap, Riley, e outros (orgs.) (2002), *Sociological Theory and The Environment. Classical Foundations, Contemporary Insights*, Nova Iorque/ Oxford Lanham / Boulder, Rowman & Littlefield Publishers, pp. 3-29 e 329-350.
- Dunlap, Riley (2002), "The coming of age of environmental sociology: an American perspective", *Europaea. Journal of Europeanists*, 1-2/ ano VIII, pp. 25-40
- IGFC (Instituto de Gestão de Fundos Comunitários) (2004), *Relatório de Execução Anual do POPRAM III. Programa Operacional Plurifundos para a Região Autónoma da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional do Plano e Finanças.
- Lélé, S. M., (1991), "Sustainable development: a critical review", *World Development*, 19 (6), pp. 607-621.
- Lima, Aida Valadas, e João Guerra (2004), "Ambiente e cidadania: dimensões da mobilização ambiental em quatro países europeus", em Luísa Lima, Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala (orgs.), *Ambiente e Desenvolvimento*, Lisboa, ICS.
- Murphy, Raymond (1995), "Sociology as if nature did not matter: an ecological critique", *The British Journal of Sociology*, 46 (4), pp. 688-705.
- Sachs, Ignacy (1999), "Social sustainability and whole development: exploring the dimensions of sustainable development", em E. Becker e T. Jahn, (orgs.), *Sustainability and the Social Sciences*, Londres/Nova Iorque, Zed Books, pp. 25-36.
- Schmidt, Luísa, J. Gil Nave, e João Guerra (2005), *Autarquias e Desenvolvimento Sustentável. Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais*, Porto, Fronteira do Caos.

André Freitas. Sociólogo. Observa (ICS-UL/ISCTE e CIES-ISCTE).
E-mail: andre.freitas@iscte.pt

Resumo/Abstract/Résumé/Resumen

Desenvolvimento e mudança paradigmática na Madeira: atitudes sociais sobre ambiente

Tendo como pano de fundo o processo de exponencial crescimento económico que tem pautado a Madeira e as suas decorrentes implicações nas complexas relações ambiente-sociedade, este artigo procura cogitar a modernidade Madeirense sob o signo de uma interpretação qualitativa, ou não convencional, do desenvolvimento que coloque a tónica nas suas dimensões humanas e ecológicas, garante da própria sustentabilidade dos investimentos realizados.

Palavras-chave desenvolvimento sustentável, mudança paradigmática, atitudes ambientais.

Development and paradigmatic change in Madeira: social attitudes towards the environment

Against the background of the exponential economic growth that has characterized Madeira and its implications for the complex relationship between the environment and society, this article aims to reflect on Madeira's modernity within the scope of a qualitative, or non-conventional, interpretation of the development that underlines its ecological and human dimensions, which, in turn, guarantee the sustainability of the investments carried out.

Key-words sustainable development, paradigmatic change, environmental attitudes.

Développement et changement paradigmatique à Madère: attitudes sociales sur l'environnement

En se basant sur le processus de croissance économique exponentielle qui caractérise Madère et sur ses implications sur les relations complexes entre environnement et société, cet article a pour objectif d'aborder la modernité de Madère, sous le signe d'une interprétation qualitative, ou non conventionnelle, du développement qui met l'accent sur les dimensions humaines et écologiques, garant de la soutenabilité des investissements réalisés.

Mots-clés développement durable, changement paradigmatique, attitudes environnementales.

Desarrollo y cambio paradigmático en Madera: actitudes sociales sobre ambiente

Teniendo como fondo el proceso de crecimiento económico exponencial que se ha desarrollado en Madera, y sus consecuentes implicaciones en las complejas relaciones ambiente-sociedad, este artículo busca reflexionar sobre la modernidad Maderense bajo el signo de una interpretación cualitativa, o no convencional, de desarrollo que enfoque su atención en las dimensiones humanas y ecológicas, garantizando que las inversiones realizadas sean sustentables.

Palabras-clave desarrollo sustentable, cambio paradigmático, actitudes ambientales.